



## PROPOSTA DE ARCABOUÇO AMBIENTAL E SOCIAL

Definindo Normas para o Desenvolvimento Sustentável

### PERGUNTAS E RESPOSTAS

O Banco Mundial propôs como base para consulta um primeiro esboço do arcabouço, que inclui dez Normas Ambientais e Sociais, ao Comitê sobre a Eficácia do Desenvolvimento (CODE, por sua sigla em inglês) do Diretório Executivo, em 30 de julho de 2014. O Diretório Executivo, sem endossar o conteúdo, autorizou a divulgação do esboço para consulta com os acionistas e partes interessadas. Este documento fornece respostas às perguntas sobre o esboço proposto que foram levantadas por acionistas e partes interessadas. Este documento foi preparado para ajudar a fornecer um contexto ao esboço e não tem a intenção de ser um tratamento aprofundado das questões levantadas. O documento será estendido à medida em que recebermos mais perguntas.

#### POR QUE A REVISÃO?

**P: Por que um novo Arcabouço Ambiental e Social? Quais são os problemas que estamos abordando com a revisão?**

**R:** O conjunto atual de políticas de salvaguardas foi desenvolvido há aproximadamente 20 anos. Nas últimas duas décadas, estas políticas obrigatórias guiaram nosso trabalho enquanto firmávamos parcerias com países em desenvolvimento para lhes ajudar a construir estradas e escolas, ou melhorar sistemas de saúde e comércio. Estamos realizando agora uma revisão destas políticas para modernizar e fortalecer as políticas de salvaguarda existentes para responder aos problemas ambientais e sociais atuais. As novas normas focalizarão nos resultados de desenvolvimento, através da melhoria na gestão de riscos e impactos ambientais e sociais, respondendo às necessidades diferentes e em evoluções dos projetos e Mutuários. A necessidade de revisão tornou-se aparente de várias maneiras: Ainda que as políticas de salvaguarda atuais tenham servido bem ao Banco e aos Mutuários, se desenvolveram políticas diferentes de maneira ad hoc em resposta aos problemas e desafios emergentes. Nós temos agora uma oportunidade de consolidar estas políticas, de modernizá-las e facilitar sua implementação. Isto melhorará nossa habilidade de trabalhar em conjunto com os Mutuários em busca de benefícios de desenvolvimento que sejam sustentáveis e inclusivos. Além disso, uma [análise do Grupo de Avaliação Independente](#) (IEG, por sua sigla em inglês) de 2010 identificou uma série de problemas com as políticas atuais. As recomendações do IEG incluem um arcabouço consolidado para o atual conjunto de políticas de salvaguarda, orientações mais claras e melhor monitoramento. Durante um período extensivo de consultas que se iniciou em outubro de 2012, ouvimos de mais de 2.000 partes interessadas em mais de 40 países de todas as regiões do mundo. Eles forneceram insumos em questões de execução, supervisão, uma gama de questões cobertas pelas políticas de salvaguarda, capacitação, e outras áreas. Baseada nestas ricas fontes de informação e avaliação, a revisão busca fortalecer a eficácia das políticas de salvaguarda, a fim de aumentar o impacto de desenvolvimento de projetos e programas apoiados pelo Banco Mundial.

Última atualização: 22 de agosto de 2014

**P: Há exemplos que ilustram os desafios em utilizar as políticas de salvaguardas atuais?**

**R:** As políticas de salvaguarda foram desenvolvidas ao longo do tempo em resposta a necessidades específicas. Desde que as políticas atuais começaram a vigorar, há aproximadamente 20 anos, muitas questões novas tornaram-se centrais ao desenvolvimento. Essas questões incluem as mudanças climáticas, gestão sustentável de recursos, condições de trabalho e emprego e saúde e segurança comunitárias. A fim de assegurar que nossas salvaguardas sejam relevantes ao trabalho que realizamos, precisamos incluir essas questões em um novo Arcabouço Ambiental e Social. Precisamos também refletir as boas práticas internacionais, por exemplo, os esforços para medir e reduzir as emissões de gases de efeito estufa, os mecanismos de reclamações para comunidades afetadas pelos projetos e para os trabalhadores empregados pelo Mutuário em um projeto e o Consentimento Livre, Prévio, e Informado de Povos Indígenas.

Outros desafios chave das políticas de salvaguarda atuais são relacionados à execução e à clareza dos requisitos para Mutuários. Por exemplo, os requisitos sobre questões sociais não estão muito claros nas políticas atuais. Ainda que a OP 4.01 (Avaliação Ambiental) exija uma avaliação ambiental e social integrada, ela carece de detalhes sobre quais problemas sociais devem ser considerados. Além disso, muitas das políticas exigem a preparação de documentos de avaliação e planejamento prévios à avaliação do Banco; em determinadas circunstâncias, as informações necessárias para preparar estes documentos não estão disponíveis, o que pode levar a atrasos ou uso ineficiente de recursos.

## **ALINHAMENTO COM OS OBJETIVOS DO BANCO MUNDIAL**

**P: Como o Arcabouço Proposto contribuirá à atingir os objetivos do Banco?**

**R:** A finalidade da revisão e atualização das políticas de salvaguarda do Banco Mundial é promover os objetivos da instituição: acabar com a pobreza extrema e promover a prosperidade compartilhada de uma maneira sustentável a todos seus países parceiros. O novo arcabouço foi desenvolvido para agir eficientemente nos dois objetivos e ao mesmo tempo apoiar o uso mais sustentável de recursos, promovendo a inclusão social, desencorajando a discriminação, e levando em consideração o ônus que o desenvolvimento econômico possa trazer às gerações futuras. O Banco Mundial está comprometido com a sustentabilidade ambiental e social em todas as suas atividades. Por meio da revisão e atualização das políticas de salvaguarda, buscamos refletir essas aspirações globais nos projetos apoiados pelo Banco por meio do financiamento de projetos de investimento, para assegurar que tais questões sejam abordadas corretamente.

Ainda que o Arcabouço Proposto se aplique a nível de projeto, sua execução correta terá um efeito demonstrativo nas atividades além do projeto em si. O Banco Mundial trabalha em muitos níveis, e usa suas habilidades de união de parceiros, instrumentos financeiros e recursos intelectuais para integrar considerações ambientais e sociais em todas as suas atividades. Estes esforços variam do engajamento global do Banco Mundial nas questões como as mudanças climáticas e a igualdade de gênero, até esforços para assegurar que as considerações ambientais e sociais sejam refletidas nas estratégias do setor, políticas operacionais e em diálogos do país. Esta ampla gama de intervenções, que incluem o Diagnóstico Estratégico de País e o Arcabouço de Parceria do País, complementa o envolvimento do Banco no nível do projeto. O Banco continuará se engajando a nível de país e usará a experiência de projetos como insumos para as iniciativas estratégicas.

## **O ARCABOUÇO AMBIENTAL E SOCIAL PROPOSTO**

**P: O Arcabouço Proposto representa uma diluição das políticas de salvaguarda atuais?**

**R:** Não. As políticas de salvaguarda atuais serão fortalecidas. O novo Arcabouço Ambiental e Social proposto acrescenta pontos às salvaguardas existentes consolidando-as em um arcabouço unificado. Isto melhorará a eficiência na aplicação e execução das políticas, que por sua vez melhorará a eficácia das salvaguardas na prática. O novo arcabouço também expande a cobertura das salvaguardas existentes, adicionando proteções

Última atualização: 22 de agosto de 2014

especificamente sobre trabalho e riscos emergentes, tais como os impactos do projeto nas mudanças climáticas. O Arcabouço Ambiental e Social introduz a não-discriminação como um princípio chave. Ao redigir o arcabouço proposto, os objetivos foram evitar a diluição da proteção ambiental e social, modernizar determinadas exigências e refletir a experiência do Banco dos 20 últimos anos. O arcabouço proposto também se utiliza da experiência de outros Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, muitos dos quais revisaram recentemente suas próprias políticas ambientais e sociais.

O impacto geral do Arcabouço Proposto será o fortalecimento da gestão de risco ambiental e social. O Arcabouço Proposto é dinâmico e focado nos projetos e reflete e responde a um cronograma real para o desenvolvimento de um projeto. Ele foca na importância de uma avaliação ambiental e social robusta, na identificação e gestão contínua de riscos e impactos e na aplicação de medidas de mitigação de uma maneira oportuna para proteger o meio ambiente e as pessoas. O objetivo da nova abordagem é alcançar uma melhor implementação dos projetos e um uso mais focado e eficiente dos recursos, ao mesmo tempo em que se dá importância a gestão de riscos e impactos ambientais e sociais durante a execução do projeto.

**P: O que o Comitê Executivo do Banco Mundial sobre a Eficácia de Desenvolvimento (CODE) decidiu sobre o arcabouço proposto?**

**R:** Em 30 de julho, o Diretório do Banco Mundial pediu ao Comitê Executivo sobre a Eficácia do Desenvolvimento (CODE) a autorização para prosseguir com a Fase 2 do processo de revisão e atualização. Os Diretores Executivos não endossaram esse esboço. Em vez disso, eles nos pediram para consultar com nossos acionistas e partes interessadas sobre como fortalecer a proposta, a fim de garantir que continuaremos a fornecer proteções mais eficazes para o meio ambiente e populações afetadas por nossos projetos. Nós revisaremos o primeiro esboço do arcabouço baseado nos insumos que receberemos dos acionistas e partes interessadas nos próximos meses. Nós apresentaremos um segundo esboço aos Diretores Executivos em 2015 para sua consideração e discussão.

**P: Quais são as diferenças-chaves entre esse arcabouço e as políticas atuais?**

**R:** Há uma série de diferenças entre o arcabouço proposto e as políticas de salvaguarda existentes e também muitas similaridades:

- As políticas existentes evoluíram uma por uma, durante um período de vinte anos, frequentemente em resposta às mudanças nos requisitos do Banco e aos desafios específicos de projetos. Por outro lado, o arcabouço proposto foi desenvolvido como um arcabouço coerente e sistemático, com o objetivo de evitar duplicação e inconsistência e de se basear na experiência do Banco e de seus Mutuários.
- As políticas de salvaguardas atuais restringem a maneira em que as atividades em desenvolvimento do projeto podem ser abordadas. Em muitos casos as políticas exigem a identificação de riscos e impactos e a preparação de planos relacionados antes da avaliação do Banco e aprovação do projeto pelo Diretório, em um momento em que as informações suficientes não estão disponíveis. Isto pode levar à preparação de documentos inadequados e atrasos e à uma tendência em focar na documentação prévia em vez de na contínua execução e gestão do projeto. O arcabouço proposto pretende abordar algumas destas preocupações, permitindo que as exigências das Normas Ambientais e Sociais sejam cumpridas ao longo do tempo, em conformidade com o desenvolvimento do projeto e as restrições técnicas e financeiras do Mutuário.
- O arcabouço proposto diferencia as obrigações do Banco na Política das obrigações do Mutuário nas Normas. Esta abordagem tem sido utilizada com sucesso pelo IFC e outros Bancos Multilaterais de Desenvolvimento. Por outro lado, as políticas e procedimentos atuais não explicitam os papéis do Banco e Mutuário tão claramente quanto o que está sendo proposto e isso pode dar origem a confusão nas funções e obrigações.

**P: O que acontece em situações onde a legislação nacional é inconsistente com as Normas Ambientais e Sociais?**

**R:** Os requisitos da legislação nacional aplicados ao projeto e todas as inconsistências com as Normas Ambientais e Sociais serão consideradas durante a avaliação ambiental e social que será realizada pelo Mutuário. Quando a legislação nacional for inconsistente com as exigências das Normas Ambientais e Sociais, as disposições das Normas Ambientais e Sociais prevalecerão em relação ao projeto que está sendo apoiado pelo Banco e, sempre que possível, todas as inconsistências serão abordadas durante o planejamento do projeto. Quaisquer inconsistências potenciais que não puderem ser resolvidas serão trazidas ao Diretório para consideração.

**P: O Arcabouço Proposto afetará o papel do Painel de Inspeção?**

**R:** Como a Gerência declarou no Documento de Enfoque de 2012, o papel do Painel de Inspeção independente não é a parte dessa revisão e as obrigações do Painel permanecerão sem mudanças. Ao contrário das salvaguardas atuais, o esboço da Política contém referências explícitas ao Painel.

**P: Por que o Banco não está adotando as Normas de Desempenho do IFC?**

**R:** Como foi esclarecido durante a discussão do Diretório sobre as Normas de Desempenho do IFC, elas foram projetadas especificamente para o setor privado e revistas pela última vez pelo IFC em 2010. Ainda que contenham abordagens e disposições úteis para a gestão de risco ambiental e social, os Mutuários do Banco são diferentes do setor privado, com responsabilidades e escopos de autoridade distintos. Por estes motivos, ainda que o Arcabouço Proposto adote muito do conteúdo das Normas de Desempenho, ele responde também a questões específicas relacionadas aos empréstimos ao setor público. Ele também reflete algumas abordagens e questões analisadas por outros Bancos Multilaterais de Desenvolvimento com carteira de empréstimos similares ao do Banco, que realizaram revisões mais recentemente que o IFC.

**P: Como o Arcabouço Proposto será aplicado no caso do Banco não ser o único financiador?**

**R:** Caso o Banco seja co-financiador de um projeto com outros doadores, o Arcabouço Proposto estabelecerá que o Banco Mundial e os outros doadores possam acordar uma abordagem comum para a avaliação e a gestão de riscos ambientais e sociais, desde que tal abordagem não desvie substancialmente dos objetivos das Normas Ambientais e Sociais. Ao avaliar esta abordagem, o Banco Mundial levará em consideração as políticas, normas e procedimentos de implementação das outras agências de financiamento.

**P: Por que o Arcabouço Proposto não se aplica aos Empréstimos para Políticas de Desenvolvimento (DPLs) e ao Programa por Resultados (PforR)?**

**R:** Nós acreditamos que as exigências ambientais e sociais precisam ser adaptadas à natureza dos instrumentos financeiros específicos. Os enfoques para abordar considerações ambientais e sociais relacionadas aos Empréstimos para Políticas de Desenvolvimento (DPL) e ao Programa por Resultados (PforR) estão integrados nas respectivas políticas operacionais (OP/BP8.60 e OP/BP9.00). Como endossado pelos Diretores Executivos no Documento de Enfoque e de acordo com a abordagem de outros Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, DPLs e PforR não são cobertos pelo Arcabouço Proposto. O Banco Mundial está conduzindo atualmente uma retrospectiva do PforR e uma retrospectiva do DPL está planejada para 2015. De maneira paralela, o IEG está

Última atualização: 22 de agosto de 2014

preparando uma avaliação dos aspectos ambientais e sociais dos DPLs. A Gerência revisará e refletirá as conclusões dessas retrospectivas e da avaliação do IEG.

## **RECURSOS E CAPACITAÇÃO**

### **P: O Arcabouço Proposto terá implicações financeiras para o Banco Mundial e para Mutuários?**

**R:** Quando o novo Arcabouço Ambiental e Social entrar em vigor pela primeira vez, haverá implicações financeiras. O Banco Mundial e o Mutuário necessitarão investir em capacitação e melhoria de habilidades. Entretanto, um dos objetivos do Arcabouço Proposto é permitir uma melhor alocação de recursos a nível de projeto, proporcional aos riscos do projeto. Isto significa que, uma vez que o novo arcabouço esteja inteiramente operacional, esperamos que as implicações financeiras para o Banco e o Mutuário sejam neutras. Um plano de recursos será desenvolvido como parte das atividades de consulta na Fase 2 da revisão.

### **P: Qual é a abordagem proposta à capacitação do Mutuário e como será financiada?**

**R:** A capacitação será adaptada às necessidades específicas do Mutuário. Os projetos apoiados pelo Banco incluirão a capacitação conforme necessário. A Gerência antecipa que o financiamento para capacitação virá de uma variedade de fontes incluindo recursos próprios do Banco, em conformidade com o Arcabouço de Parceria do País, recursos próprios do Mutuário quando necessário, reforçados pela assistência técnica e financiamento do projeto, financiamento dos parceiros de desenvolvimento quando disponível e serviços de assessoramento reembolsáveis.

### **P: As necessidades dos países com baixa capacidade, como em Situações de Fragilidade e Afetados por Conflitos (FCS, por sua sigla em inglês) serão abordadas?**

**R:** O Banco Mundial acredita que o Arcabouço Proposto deve ser apropriado para ser aplicado por uma ampla gama de Mutuários, com diferentes recursos e limitações de capacidade. A Gerência está comprometida a apoiar a todos os Mutuários para melhorar a capacidade de aplicação do Arcabouço Proposto. Os FCS continuarão a ser abordado sob a Política Operacional (OP) 10.00 (Financiamento de Projetos de Investimento).

## **CLASSIFICAÇÃO DE PROJETOS**

### **P: Por que o Banco Mundial está propondo mudanças na atual categorização de risco de projetos?**

**R:** Atualmente, o Banco Mundial classifica projetos nas categorias A, B, e C. Os projetos na Categoria A têm o potencial para impactos ambientais e sociais significativos e exigem uma avaliação ambiental e social muito rigorosa. Os projetos da Categoria B têm impactos limitados e medidas de mitigação são prontamente identificáveis. Um projeto é classificado como Categoria C se for provável que tenha impactos ambientais adversos mínimos ou a ausência de impactos. A categoria determina o tipo de avaliação ambiental e social que deve ser realizada assim como a extensão da consulta e supervisão que será exigida. A avaliação de risco ABC é determinada quando o projeto está sendo preparado e somente pode ser alterada se o projeto for reestruturado. Sem a reestruturação, a avaliação de risco não pode ser alterada durante do ciclo do projeto, mesmo se as condições do projeto mudarem. No Arcabouço Ambiental e Social proposto propomos uma classificação mais abrangente (Risco Alto, Substancial, Moderado e Baixo), que considere o tipo, localização e a escala do projeto; natureza e magnitude dos riscos e impactos potenciais; e a capacidade e o compromisso do Mutuário em gerir tais riscos e impactos. Esta abordagem incentivará os Mutuários a focarem nos riscos e impactos reais do projeto e permitirá ao Banco alocar recursos aos projetos que mais os necessitam. O Banco avaliaria a classificação de risco de um projeto e a mudaria quando necessário para assegurar que o projeto

Última atualização: 22 de agosto de 2014

receba um nível apropriado de apoio e supervisão. A Gerência pretende preparar um guia para a equipe de funcionários sobre a aplicação da classificação de risco e esta será compartilhada com os conselheiros do Diretores Executivos nos meses seguintes para comentários.

## **COMPROMISSOS DO MUTUÁRIO**

**P: Onde as obrigações do Mutuário serão estabelecidas e como o Banco assegurará que o Mutuário as cumprirá?**

**R:** O Banco trabalhará com o Mutuário para desenvolver um Plano de Compromisso Ambiental e Social (PCAS) que fará parte do acordo legal. As obrigações do Mutuário serão estabelecidas no acordo legal e incluirão uma exigência de assegurar que o projeto cumpra as Normas Ambientais e Sociais. O PCAS estabelecerá as medidas e as ações materiais exigidas do Mutuário para mitigar impactos ambientais e sociais. Será um documento em constante evolução e, quando necessário, se modificará continuamente para responder às necessidades do projeto. O acordo legal incluirá obrigações do Mutuário para apoiar a execução do PCAS e especificará medidas de remediação para o Banco caso o Mutuário não cumpra com seus compromissos. O Banco continuará assegurando que os recursos do Banco sejam utilizados em conformidade com o acordo legal, incluindo o PCAS. O Banco continuará o monitoramento e apoio à execução até a conclusão do projeto. Os mecanismos de reclamação serão estabelecidos pelo Mutuário para abordar as preocupações das partes interessadas.

## **QUESTÕES ESPECÍFICAS ABORDADAS PELAS NORMAS AMBIENTAIS E SOCIAIS PROPOSTAS**

**P: O Arcabouço Proposto enfraquecerá as disposições existentes para proteger o meio ambiente, Povos Indígenas e as populações pobres?**

**R:** Não. A atual revisão e atualização das políticas de salvaguarda do Banco Mundial tem como objetivo a ampliação e fortalecimento das proteções ambientais e sociais em projetos financiados pelo Banco. O novo Arcabouço Ambiental e Social se baseia nas salvaguardas existentes consolidando-as em um arcabouço unificado. Isto melhorará a eficiência na aplicação e execução, que por sua vez melhorará a eficácia das proteções na prática. O novo arcabouço expande também a cobertura das salvaguardas existentes, adicionando proteções especificamente sobre trabalho e riscos emergentes, tais como os impactos do projeto nas mudanças climáticas. Além disso, a não-discriminação foi introduzida como um princípio chave do Arcabouço Ambiental e Social do Banco Mundial, que defende um compromisso renovado para a proteção dos pobres e outros grupos vulneráveis dos impactos adversos causados por projetos financiados Banco.

**P: Como o novo arcabouço lida com grupos vulneráveis e desfavorecidos?**

**R:** O Arcabouço Proposto é muito específico em relação ao tratamento de grupos vulneráveis ou desfavorecidos. Ele exige que a avaliação ambiental e social considere o risco que (i) os impactos do projeto afetem desproporcionalmente tais grupos e (ii) qualquer preconceito ou discriminação sobre indivíduos ou grupos, incluindo os vulneráveis e desfavorecidos, prejudiquem o acesso a recursos de desenvolvimento e benefícios do projeto. Caso grupos tenham sido identificados como vulneráveis ou desfavorecidos, é exigido que o Mutuário implemente medidas diferenciadas para abordar estes riscos.

**P: Como as crianças serão protegidas?**

**R:** A proteção às crianças são abordadas de várias maneiras no Arcabouço Proposto. Inicialmente, elas estão incluídas explicitamente na descrição de 'desfavorecido ou vulnerável', o que significa que a avaliação

Última atualização: 22 de agosto de 2014

ambiental e social deve levar em consideração os impactos sobre elas no contexto do projeto. As definições deixam claro que considerações relativas à idade incluem idosos e menores de idade, incluindo em circunstâncias onde eles possam ser separados de sua família, da comunidade ou de outros indivíduos dos quais dependam. Em relação ao trabalho, o arcabouço contém requisitos que proíbem o emprego de crianças menores de 18 anos pelo projeto de uma forma que possa ser perigosa ou interfira com a educação da criança, ou seja prejudicial à saúde ou desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social da criança.

**P: O que é a Abordagem Alternativa para Povos Indígenas?**

**R:** A abordagem alternativa proposta seria utilizada somente em circunstâncias excepcionais e somente se o Banco estiver convencido que seja necessário. Qualquer abordagem alternativa requer a aprovação do Diretório Executivo. Há duas circunstâncias em que a aplicação da abordagem alternativa pode ser requisitada por um Mutuário: (a) para evitar um sério risco de exacerbar a tensão étnica ou o conflito civil ou (b) quando a identificação de Povos Indígenas seja inconsistente com a constituição do país. O Banco exigirá que um procedimento detalhado seja seguido. Este procedimento incluirá consultas com os Povos Indígenas afetados. O Banco Mundial será o único responsável por decidir se uma abordagem alternativa deve ser utilizada. Caso uma abordagem alternativa seja adotada, os riscos e os impactos do Banco Mundial serão abordados através da aplicação de outras Normas Ambientais e Sociais.

**P: O que o Arcabouço Proposto diz sobre os requisitos de realizar consulta prévia com Povos Indígenas, especialmente onde o projeto for desenvolvido em terras tradicionais de Povos Indígenas?**

**R:** O Arcabouço Proposto busca ampliar as proteções para os Povos Indígenas e introduz a exigência de obtenção do Consentimento Livre, Prévio e Informado dos Povos Indígenas em circunstâncias especificadas. As exigências propostas se aplicam quando um Mutuário pretende localizar um projeto ou desenvolver comercialmente recursos naturais em terras de posse tradicional ou sob o uso habitual ou ocupação de Povos Indígenas e impactos adversos sejam esperados.

**P: O Arcabouço Proposto continua protegendo áreas ecologicamente sensíveis?**

**R:** O novo arcabouço fortalecerá a conservação da biodiversidade e a gestão de recursos naturais vivos, incluindo florestas. O arcabouço proposto se baseia nas políticas existentes de habitats naturais e florestas e fortalece as exigências para avaliar e mitigar os impactos de projetos financiados pelo Banco sobre a biodiversidade. O arcabouço proposto mantém as proibições existentes da política de habitat natural e declara que os recursos do Banco não podem ser utilizados para financiar ou apoiar as plantações que envolvam a conversão ou degradação de habitats críticos. O arcabouço proposto melhora as salvaguardas atuais mediante a introdução de requisitos mais rigorosos e fornecendo maior clareza em como os riscos e os impactos adversos em todos os habitats naturais devem ser mitigados.

**P: O novo arcabouço estabelecerá requisitos claros para que o Banco Mundial possa avaliar se os Mutuários cumprem com as Normas Ambientais e Sociais?**

**R:** O novo arcabouço propõe que as dez Normas Ambientais e Sociais com suas exigências obrigatórias sejam sempre aplicadas a um projeto. Nas políticas de salvaguarda atuais e no Arcabouço Ambiental e Social proposto será exigido que o Mutuário realize uma avaliação aprofundada dos riscos sociais e ambientais do projeto. O Plano de Compromisso Ambiental e Social, acordado entre o Banco Mundial e o Mutuário e que faz parte do acordo legal, registrará as medidas e as ações de mitigação exigidas do Mutuário, incluindo os cronogramas em que devem ser implementadas.

Última atualização: 22 de agosto de 2014

**P: Como os requisitos trabalhistas propostos impactarão os projetos financiados pelo Banco?**

**R:** O Arcabouço Ambiental e Social proposto introduz um maior enfoque na proteção dos trabalhadores. A norma proposta integra as disposições existentes das Diretrizes de Saúde e Segurança Ambientais do Banco relacionadas à saúde e segurança ocupacional e expande-as para abordar questões como trabalho forçado e infantil, termos e condições de emprego, não-discriminação e igualdade de oportunidades.